

CONJUNTURA

Penduricalhos dividem STF

Voto da ministra Cármen Lúcia pode definir divergência sobre verba extra para magistrados. É possível, ainda, haver empate

» RENATO SOUZA

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) está dividido em relação aos penduricalhos pagos a juízes e membros do Ministério Público. Até agora, o placar está 5 votos a 4 para a proposta que permite o pagamento retroativo de parte dos valores devidos até março deste ano, quando a Corte decidiu restringir este tipo de benefício. No entanto, na outra corrente de

votação, está a possibilidade aberta pela divergência apresentada pelo ministro Luiz Fux, que concorda com a opinião dos demais, mas votou para não fixar um marco temporal para a liberação de verbas. Ele também defende o pagamento integral dos valores represados. O voto da ministra Cármen Lúcia, a única que ainda não se manifestou, será decisivo. Como o Supremo está com apenas 10 ministros desde a saída de Luís Roberto Barroso, é possível

haver um empate de cinco votos para cada proposta. A proposta que está na frente na votação permite o pagamento, em dinheiro, de benefícios como férias, licenças-prêmio e plantões judiciais acumulados antes das decisões da Corte que limitaram tais repasses. O texto faz parte de um voto conjunto dos relatores de ações sobre o tema e estabelece que os pagamentos retroativos devem respeitar um limite de 35% do subsídio do magistrado ou do

MP para o conjunto das verbas indenizatórias. Considerando que o subsídio atual de um ministro do STF é de R\$ 46.366,19, esse limite de adicionais corresponde a, aproximadamente, R\$ 16,2 mil por mês. Além da liberação dos pagamentos retroativos, os ministros propuseram um pacote de medidas que impacta diretamente a remuneração da categoria. Entre as principais propostas está a implantação imediata da Parcela de Valorização por Tempo de Antiguidade (PVTAC), um adicional

de 5% concedido, automaticamente, a cada cinco anos de serviço, dispensando a necessidade de requerimento e com teto limitado a 35% após 35 anos de carreira. Com a combinação dos novos benefícios, os rendimentos mensais totais podem sofrer um acréscimo substancial, superando o teto constitucional em até 70%. A proposta também regulamenta a compensação por plantões judiciais. No formato presencial, fica autorizado o pagamento em dinheiro por até

30 dias anuais, respeitando o limite de 35%. Já nos plantões virtuais, a remuneração será restrita exclusivamente às horas de trabalho efetivamente comprovadas. O julgamento termina hoje. Caso o voto da ministra Cármen Lúcia ocasione empate, é possível que os magistrados apresentem um voto médio, consolidando trechos das duas propostas. Também é possível que se decida por aguardar a chegada de um novo magistrado, que também poderia votar e desempatar.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Boletim Focus, divulgado pelo BC, prevê Selic de 14% ao ano em 2026

Mercado mantém projeção de inflação

» PEDRO JOSÉ*

O mercado financeiro manteve a expectativa para a inflação em 2026, mas voltou a elevar as projeções para o crescimento da economia brasileira, segundo o Boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, foi mantida em 5,33% para 2026. A estabilidade em relação à semana anterior representa o fim da sequência de 15 semanas em alta, porém, a expectativa segue acima do teto da meta de inflação e supera os 5,09% projetados há quatro semanas. Na política monetária, o mercado manteve a expectativa de que a taxa Selic encerre 2026 em 14% ao ano. A projeção representa uma alta em relação aos 13,25% esperados há quatro semanas e indica que os juros permanecerão elevados por mais tempo diante das pressões inflacionárias. Para 2027, a estimativa é de queda para 12% ao ano. As estimativas para o Produto Interno Bruto (PIB) seguem em melhora. A projeção de crescimento da economia passou para 1,99% em 2026, registrando a sexta alta consecutiva nas expectativas do mercado. Para 2027, no entanto, a previsão é de expansão mais moderada, de 1,68%. No mercado cambial, a previsão para o dólar no fim de 2026 permaneceu em R\$ 5,20. Já para os próximos meses, a expectativa é de que a moeda norte-americana oscile entre R\$ 5,10 e R\$ 5,14. As projeções para o setor externo seguem indicando um cenário positivo para a balança comercial. O mercado estima superávit de US\$ 76,2 bilhões em 2026, enquanto o investimento direto no país deve alcançar US\$ 75 bilhões. Em contrapartida, a conta corrente continua com previsão de déficit de US\$ 60,25 bilhões. Na área fiscal, as expectativas apontam manutenção do déficit nas contas públicas. A dívida líquida do setor público deve atingir 69,82% do PIB em 2026. O mercado também manteve a projeção

de déficit primário de 0,50% do PIB pelo 19º relatório consecutivo, enquanto o déficit nominal, que inclui o pagamento de juros da dívida, foi estimado em 8,70% do PIB. **Estabilização** Para o economista sênior da Nomad, Vitor Kayo, a estabilidade das projeções representa uma pausa no movimento de deterioração das expectativas observado ao longo do primeiro semestre. “Após 15 semanas consecutivas de alta, a expectativa de inflação para 2026 estabilizou na pesquisa Focus divulgada hoje (ontem). A mediana para o IPCA deste ano ficou em 5,33% pela segunda semana seguida, sugerindo uma pausa no movimento de deterioração que marcou o primeiro semestre”, afirmou. Segundo o economista, a mudança de comportamento do mercado pode estar relacionada aos esclarecimentos trazidos pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na ata e no Relatório de Política Monetária divulgados na última semana. “Com o quadro mais bem compreendido, o mercado parece aguardar os próximos dados de inflação antes de fazer novos ajustes, sobretudo para avaliar como o choque do Oriente Médio e a queda recente do petróleo se transmitem aos preços domésticos”, explicou. Apesar da estabilidade nas projeções para 2026, Kayo destaca que o cenário de médio e longo prazo continua se deteriorando. “A mediana para 2027 subiu de 4,15% para 4,17%, ante 4,02% há quatro semanas. A Selic esperada para 2028 avançou de 10,25% para 10,50%. A alta do IPCA para 2027 pode refletir o alongamento do horizonte do Copom, mas também a inflação corrente mais pressionada e sua inércia. Já a Selic mais alta em 2028 sugere que o mercado passou a esperar um ciclo de cortes mais curto. Com inflação persistente e um Banco Central sinalizando gradualismo, há menos espaço para reduções de juros”, concluiu. ***Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

ESCOLHA A

✕ + - = %

ESCOLA

DO

+ = ✕ -

SEU

FILHO

2026

20

Anos

A 20ª edição do Escolha a Escola do Seu Filho chega ainda mais forte, moderna e relevante.

Consolidado como uma das principais vitrines educacionais do Distrito Federal, o projeto evolui para ampliar a visibilidade das instituições de ensino e aproximar escolas e famílias.

Sua escola pode fazer parte dessa iniciativa reconhecida pela credibilidade, alcance e tradição do Correio Braziliense.

Entre em contato com a nossa equipe comercial e garanta a presença da sua marca:

CB

CB

CB

CB

CB